

Texto para Discussão

Fundação João Pinheiro

Características socioeconômicas do eleitorado e de seus representantes eleitos nas prefeituras brasileiras: análise de convergência entre perfis

Cláudia Júlia Guimarães Horta



Belo Horizonte, setembro de 2017

TEXTO PARA DISCUSSÃO 6

Características socioeconômicas do eleitorado e de seus representantes eleitos nas prefeituras brasileiras: análise de convergência entre perfis

Cláudia Júlia Guimarães Horta
Coordenadora

Belo Horizonte
Setembro 2017

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
GOVERNADOR
Fernando Damata Pimentel
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E
GESTÃO
SECRETÁRIO
Helvécio Miranda Magalhães Júnior
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Presidente
Roberto do Nascimento Rodrigues
Vice-Presidente
Daniel Lisbeni Marra Fonseca
Diretoria de Estatística e Informações
Júnia Santa Rosa
Diretoria de Políticas Públicas
Roberto do Nascimento Rodrigues (em exercício)
Diretoria de Cultura, Turismo e Economia Criativa
Bernardo da Mata Machado
Diretoria de Informação Territorial e Geoplatformas
Daniel Lisbeni Marra Fonseca
Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças
Josiane Vidal Vimieiro
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho
Letícia Godinho de Souza
Assessoria de Comunicação Social
Olívia Bittencourt
Assessoria de Gestão do Conhecimento
Elisa Maria Pinto Rocha

FICHA TÉCNICA

Coordenação

Elisa Maria Pinto Rocha
Mauro Araújo Câmara
Raphaella Aragão Vieira

Preparação de originais

Ana Paula da Silva
Marília Andrade Ayres Frade

Capa

Bárbara Andrade

Todos os direitos reservados.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, por qualquer meio, desde que citada a fonte.

Disponível também em: <<http://www.fjp.mg.gov.br>>

TEXTO PARA DISCUSSÃO

São textos que visam divulgar trabalhos preliminares desenvolvidos pela FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). Possuem o objetivo de compartilhar ideias e obter comentários, críticas e sugestões refletindo exclusivamente a opinião dos autores.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Alameda das Acácias, 70 – Bairro São Luiz – Pampulha
Belo Horizonte – Minas Gerais
CEP 31275.150
Telefones: (31) 3448-9580 e 3448-9561
www.fjp.mg.gov.br - e-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br

F981c Fundação João Pinheiro. Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho
Características socioeconômicas do eleitorado e de seus representantes eleitos nas prefeituras brasileiras : análise de convergência entre perfis / Fundação João Pinheiro. Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho ; coordenação Cláudia Júlia Guimarães Horta. – Belo Horizonte, 2017.

40 p. : il. (Texto para discussão. Fundação João Pinheiro ; n. 6)

1. Condições sociais. 2. Condições econômicas. 3. Eleições municipais – Brasil. 4. Eleitores – Brasil. 5. Candidatos políticos – Brasil. I. Horta, Cláudia Júlia Guimarães. II. Título.

CDU 352.075.31(81)

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação:

Cláudia Júlia Guimarães Horta (FJP)

Elaboração:

Bruno Lazzarotti Diniz Costa (FJP)

Carla Cristina Aguilar de Souza (FJP)

Diego Roger Ramos Freitas (SEE MG)

Elisa Maria Pinto da Rocha (FJP)

Kamila Pagel de Oliveira (FJP)

Luciana Silva Custódio (SEPLAG MG)

Luciana Moraes Raso Sardinha Pinto(TCE-MG)

Maria Isabel Araújo Rodrigues (FJP)

Max Melquiades da Silva (FJP)

Michelle de Souza Rocha (Pesquisador BAT-I FAPEMIG)

Simone Cristina Dufloth (FJP)

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TEXTO PARA DISCUSSÃO

Cláudia Júlia Guimarães Horta (FJP)

Max Melquiades da Silva (FJP)

Michelle de Souza Rocha (Pesquisador BAT-I FAPEMIG)

Simone Cristina Dufloth (FJP)

RESUMO

O texto investiga a existência de relação de similaridade entre as características gerais dos representantes eleitos nas prefeituras brasileiras e o perfil demográfico e socioeconômico da população em idade de votar. O estudo analisa comparativamente o perfil dos representantes eleitos no que se refere às suas características gerais, ou seja, sexo, idade, nível de instrução e ocupação no período de 2000 a 2016, em relação às características gerais do “eleitorado” no que diz respeito à idade, sexo e nível de instrução. Como resultado, se tem que as disparidades nas associações entre perfil dos eleitos e dos “eleitores” tornam claros os indicativos de que o poder executivo local não apresenta, de modo geral, semelhança com as características do “eleitorado” brasileiro, dentro dos pressupostos da teoria descritiva por semelhança proposta por Pitkin (1985), uma vez que não espelham de forma fidedigna a sociedade como um microcosmo de quem a representa.

Palavras-chave: Perfil dos eleitos. Perfil da população. Representantes eleitos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FJP	Fundação João Pinheiro
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E A ESCOLHA ELEITORAL	9
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
4	ANÁLISE DO PERFIL DOS ELEITOS NAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS BRASILEIRAS EM RELAÇÃO AO PERFIL POPULACIONAL	19
4.1	Características demográficas	19
4.1.1	Sexo	19
4.1.2	Idade	23
4.2	Características socioeconômicas.....	25
4.2.1	Nível de instrução.....	25
4.2.2	Ocupação	29
5	CONCLUSÃO.....	35
	REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

O presente texto para discussão é parte integrante do projeto de pesquisa CSA - APQ-02829-14 – Edital 01/2014, Demanda Universal – intitulado “Análise do perfil dos prefeitos eleitos e dos eleitores brasileiros: estudo evolutivo das eleições realizadas no período entre 2000 e 2012”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e ora em execução pela Fundação João Pinheiro (FJP).

O objetivo da pesquisa é estudar o perfil dos prefeitos eleitos nos municípios brasileiros com vistas a associá-lo às características demográficas e socioeconômicas do eleitorado, ou seja, às escolhas expressas pelo voto definindo o perfil dos prefeitos eleitos pela população em nível municipal. O recorte temporal da pesquisa compreenderá as eleições nos anos 2000, 2004, 2008 e 2012¹. Para tanto, será objeto de construção e análise o perfil dos prefeitos municipais eleitos relativamente às variáveis: sexo, idade, nível de instrução e ocupação; o perfil demográfico e socioeconômico do eleitorado brasileiro; e, estudo estatístico de possíveis associações entre o perfil do eleitorado e suas escolhas para o ocupante do cargo de prefeito municipal.

O presente texto investiga a existência, empírica, de possível relação de similaridade no padrão e nos diferenciais dos perfis dos eleitos nas prefeituras nas eleições de 2000 a 2016 no Brasil com a diversidade demográfica e socioeconômica da sua população. Dentro de uma linha teórica que insere o processo eleitoral na temática da representação, o texto se vale dos estudos de Urbinati (2006) e de Pitkin (1985) na busca de se identificar uma possível relação entre e a teoria descritiva por semelhança na configuração de um suposto microcosmo da sociedade brasileira na composição das prefeituras brasileiras.

Considerando-se que os prefeitos são eleitos pelo voto popular e que a distribuição desse grupo populacional também apresenta características sociais e econômicas distintas em todo o território nacional, indaga-se se diferenças constatadas no perfil dos eleitos, refletem da mesma forma, as mudanças no perfil da população. Analisa, portanto, o perfil dos representantes eleitos no que se refere às suas características gerais – quais sejam: sexo, idade, nível de instrução e ocupação nos anos de 2000 e 2016 –, em relação às características gerais da população acerca das variáveis: sexo, idade e nível de instrução.

Acredita-se que a construção de estudo relacional entre o perfil dos eleitos e o perfil do eleitorado poderá contribuir com análises das características dos representados

¹ Foram incluídos os resultados da eleição de 2016 para as prefeituras brasileiras.

(população) que levem à melhor compreensão acerca das características dos representantes (membros eleitos do poder executivo).

Além dessa introdução, o texto encontra-se organizado em cinco seções. A segunda seção, a seguir, apresenta o referencial teórico discorrendo sobre a representação política e a escolha eleitoral, relacionando bibliografia sobre o tema. Em seguida, a terceira seção, apresenta os procedimentos metodológicos empregados e na sequência, são apresentados, na quarta seção, os principais resultados da pesquisa empregando informações e análises do texto para discussão “Perfil dos prefeitos eleitos nos municípios brasileiros: estudo evolutivo das eleições realizadas no período entre 2000 e 2012” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017), dados atualizados para a eleição de prefeitos de 2016 e informações sobre as características do eleitorado brasileiro. Finalmente, na última seção, são apresentadas as considerações finais, sintetizando os principais achados do presente estudo.

2 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E A ESCOLHA ELEITORAL

A ideia de “democracia representativa”, baseada em um sistema de escolha de representantes nomeados através do processo eleitoral, tem suscitado debates sobre sua validade. Segundo Miguel (2003), para o pensamento clássico, incluindo Montesquieu, Rousseau e os federalistas, no século XVIII –, democracia e eleições não se confundiam uma vez que a premissa da democracia se apoia na igualdade fundamental entre todos os cidadãos e a eleição contempla uma seleção - o que consideraria a existência de indivíduos melhor preparados para ocupar os cargos públicos - e, é, portanto, um mecanismo aristocrático.

Mesmo consideradas aristocráticas, as eleições estimularam dois movimentos essenciais para a democratização. O primeiro distinguiu as relações entre Estado e sociedade, ou, nas palavras de Urbinati (2006, p. 195), desencadeou as “relações simbióticas entre os delegados e suas comunidades para formas de unificação que eram totalmente simbólicas e construídas politicamente.” O segundo dissociou os candidatos de suas posições ou classes sociais e destacou o papel das ideias na política, “ou, como preferiria dizer, o propósito idealizador do processo de representação.” (URBINATI, 2006, p. 195).

Ainda segundo Urbinati (2006, p. 197), quando se atenta para o funcionamento do governo representativo ao longo da história, pode-se notar que “a representação tem sido interpretada alternativamente de acordo com três perspectivas: jurídica, institucional e política”. As teorias jurídica e institucional se baseiam em um pressuposto formalista. A teoria jurídica trata a representação com um contrato que concede autorização para outrem realizar ações em nome da primeira. Nessa teoria apresentam-se os conceitos de delegação (simbolizada por Rousseau) e alienação (identificada a partir dos argumentos de Hobbes). Tanto a teoria jurídica quanto a teoria institucional consideram que o Estado deve “transcender a sociedade de modo que se assegure o Estado de Direito, e que as pessoas devem encobrir suas identidades sociais e concretas para tornar os mandatários agentes imparciais de decisão” (URBINATI, 2006, p. 200). E assim conclui, sobre a teoria jurídica e institucional:

Elas supõem que a identidade jurídica do eleitor/autorizador é vazia, abstrata e anônima, sua função consistindo em “nomear” políticos profissionais que tomem decisões às quais os eleitores se submetem voluntariamente. Assim, o que encontramos no sistema denominado representativo é que ele não é um sistema de representação do povo e da vontade da nação, mas um sistema de organização do povo e da vontade da nação. (URBINATI, 2006, p. 200).

A teoria política, por sua vez, apresenta nessa construção conceitual uma categoria nova, pois prevê a representação de forma dinâmica, criada pelos próprios atores (ou seja, eleitorado e seus representantes). Nesse contexto, Urbinati (2006, p. 206) reflete:

A representação política não elimina o centro de gravidade da sociedade democrática (o povo), ao mesmo tempo em que despreza a ideia de que os eleitores em vez dos cidadãos ocupem este centro, de que o ato de autorização seja mais importante do que o processo de autorização.

Dessa forma, a autora defende que a representação não pode ser reduzida nem a um contrato (de delegação) firmado através das eleições nem à nomeação de legisladores como substitutos do soberano ausente, porque sua natureza consiste em ser constantemente recriada e dinamicamente ligada à sociedade. Em suma, a história moderna sugere que a genealogia da democratização começou com o processo representativo (URBINATI, 2006, p. 195). O conceito de representação apresenta posicionamentos paradoxais, constituindo-se simultaneamente como um sucessor e antecedente à democracia. Além de Urbinati, a ideia de que representar é um processo político em constante construção encontra respaldo em outros autores (ALMEIDA, 2014a; ROSANVALLON, 2009; YOUNG, 2000).

Ainda sobre o pressuposto da representação, destaca-se o trabalho de Hanna Pitkin para uma construção conceitual capaz de propiciar melhor entendimento sobre o termo e sua utilização. Pitkin (2006) traz uma interessante discussão sobre as raízes filosóficas e linguísticas do conceito de representação, mostrando que inicialmente o conceito remetia (e ainda remete) a trazer para o presente/real ideias abstratas. Nesse contexto, Pitkin (1985) desenvolve em seus estudos, diferentes linhas de raciocínio que caracterizam a representação. São elas a formalística, a simbólica, a substantiva (acting for) e a descriptiva por semelhança.

A representação formalística, assim identificada por Pitkin (1985) a partir da definição de Hobbes (2006), em sua obra *O Leviatã*, concebe a ideia de representação mediante os arranjos estabelecidos pela autorização concedida para que um represente o todo. Nesse cenário, os representados concedem autoridade ao representante, que, dentro de seus limites, pode fazer o que lhe aprouver, não cabendo, aqui, a avaliação da representação boa ou ruim, uma vez que, qualquer ato amparado dentro dos limites definidos é considerado ato representativo (PITKIN, 1985). A mesma autora conclui, pois, que o conceito de Hobbes sobre representação não se configura de forma plena, uma vez que na situação de um soberano que não tem a obrigação de consultar seus súditos, não se guarda nenhuma semelhança com o que se pensa ser uma democracia representativa.

Nas palavras de Pitkin (1985)

¿Puede, entonces, la definición de Hobbes ser a la vez correcta e incorrecta? Tal vez pueda ser lo en un sentido, si es una perspectiva verdadera aunque parcial de la representación; una perspectiva verdadera de una parte del significado del concepto, y sin embargo falsa si torna para definir todo el significado. Creo que Hobbes desarrolló una perspectiva demasiado estrecha de la representación abordando la sólo desde un ángulo, teniendo en cuenta únicamente una forma de representar. (PITKIN, 1985, p. 39).

Outros teóricos estudados por Pitkin (1985) evidenciaram, dentro dos pressupostos da dita representação formalística, abordagens mais bem caracterizadoras de um modelo representativo, na visão da autora. Dentre eles, destacam-se Max Weber e Jellineka, Eric Voegelin, e os defensores da prestação de contas (accountability), além dos estudiosos da democracia representativa (PITKIN, 1985).

A segunda categoria explicitada pela autora, a representação simbólica, retrata um emblema que representa o todo dentro das suas principais características, sugerindo qualidades internas em vez de semelhanças externas. Os símbolos não são necessariamente parecidos com o que representam, apenas sugestionam o representado a partir de um repositório de sentimentos e ações. Logo, a representação simbólica se fundamenta em questões de natureza psicológicas e emocionais não relacionadas a aspectos lógicos ou racionais (PITKIN, 1985).

La representación de un individuo en una sociedad es una condición que existe cuando las características y actos de una persona en una posición de poder en la sociedad están de acuerdo con los deseos, expresados y no expresados, del individuo (DE GRAZIA, 1951, apud PITKIN, 1985, p. 114)

A representação substantiva ou como um ato de 'agir por' (acting for) reflete as ações e responsabilidades do representante para com o representado e se centra na atividade de representar. Dentro dessa perspectiva, os estudos de Pitkin (1985) evidenciam abordagens relacionadas às obrigações dos representantes sem se aprofundar nas suas ações, comportamentos e nas diferenças entre o que seria uma boa ou uma má representação. Contudo, tendo em vista essa definição, a literatura apresenta muitas perspectivas e um amplo debate se o representante deve seguir as instruções que recebe do seu eleitorado, ou é livre para agir como quiser, ou mesmo, agir com discricionariedade em cada situação que se apresenta (Pitkin, 1985). Dessa forma, a representação substantiva espelha uma tensão entre o ideal e a prática dos representantes.

Por fim, é apresentado o conceito de representação descritiva por semelhança que busca responder a indagação sobre a formação de um corpo representativo da população. Para a autora, o corpo representativo de uma casa legislativa deve responder as opiniões do

povo, configurando-se como um retrato exato, em miniatura das pessoas em sua totalidade. Essa configuração deveria se aproximar de maneira mais fiel a uma cópia da sociedade. Nesses estudos, a autora destaca outros estudos como o de Mill (1981) que defende a representação proporcional para garantir a neutralização da minoria no corpo representativo. Pitkin (1985) destaca que na representação descritiva o ato de representar não está relacionado à autoridade ou à prestação de contas, mas sim ao fato de que deve manter um retrato fiel da sociedade que representa. Para os autores dessa linha, um processo de seleção aleatória produziria um microcosmo do todo, maximizando a possibilidade de uma representação mais fiel à população da qual derivou. Entretanto, Pitkin (1985) conclui que a mais perfeita réplica não irá duplicar todas as características da pintura original. Nesse sentido, devem ser diferenciados os representados dos representantes, não sendo necessariamente, o grupo político o reflexo do grupo maior.

Mesmo assim, a despeito das críticas acima summarizadas, é comum observar que o debate acerca da representação especial de grupos – sobretudo, pela definição de cotas de inclusão – que em muito se baseia nas premissas da representação descritiva. Sob esse ponto, é possível questionar sobre como o controle de diferentes recursos (econômicos, simbólicos, entre outros) ou o pertencimento a determinadas classes, gêneros e/ou raça afetam as possibilidades de participação. Esses estudos problematizam a exclusão política de alguns grupos sociais, como trabalhadores, mulheres ou negros, mostrando que mais do que um desvio, a exclusão de determinados grupos torna-se condição para o funcionamento de um sistema que, como mostrou Pierre Bourdieu (2007), é democrático no papel, mas excluente na prática.

O sentido da representação e sua legitimidade requer uma avaliação do próprio processo representativo, de acordo com as características do relacionamento entre representantes e seus constituintes (YOUNG, 2000, p. 128). Nesse processo, a definição do que é representado e quem representa está sempre em **disputa e construção** (grifo nosso). A representação não é uma relação de substituição ou identidade com o representado, na qual ele ou ela está presente em sua ausência. Antes, é um relacionamento diferenciado entre atores engajados em um processo diferido no tempo e no espaço. Depende de mediação e conexão dos constituintes uns com os outros e destes com seus representantes (YOUNG, 2000 p. 127). Portanto, a pluralização dos atores, conforme destacam Lavalle, Houtzager e Castello (2006), é importante para realizar a democracia e a diversificação dos lugares em que ela é exercida, e isso representa um desafio ainda maior aos representantes eleitos, uma vez que, não são mais suficientes os critérios de territoriais e não territoriais como compartilhar dos mesmos ideais, religião ou participação de grupos.

Atualmente, é exigida do representante uma representação difusa, perante grupos altamente diversos e em espaços altamente abertos (URBINATI; WARREN, 2008; URBINATI, 2006). Nesse sentido, a legitimidade da representação é construída ao longo do tempo por meio do exame crítico da ação política.

A legitimidade da representação está baseada em uma relação de mão dupla que envolve não apenas a capacidade do representante expressar distintos interesses, mas também do representado reconhecer a legitimidade desses atos (ALMEIDA, 2014b, p. 176). Na medida em que o voto expressa tanto a concordância com o método que seleciona o representante, quanto com os resultados da política, a autorização gera também um senso de obrigação política (MANIN, 1997, p. 85). No entanto, autores como Miguel (2011, 2017) denunciam os limites da representação. Para o autor, a atividade representativa é uma forma de exercício de poder, marcada pelo conflito e defesa de interesses, e, portanto, não pode prescindir da noção de autonomia, que significa a adoção de formas alternativas de participação da população nas decisões políticas. Não existem garantias de que o representante realmente possa representar a vontade dos representados, sendo esse fator citado por Urbinati (2006). Logo, o desafio de uma representação democrática "é permitir que indivíduos e grupos capazes de definir autonomamente seus interesses se vejam representados por agentes com os quais tenham identidade e capacidade de interlocução" (MANIN, 1997, p. 28).

A noção de que todas as formas de representação que se pretendam democráticas devem passar pelo crivo do controle público encontra respaldo em grande parte da literatura. A diferença é que a legitimidade deixa de ser concebida como um fato, um atributo exclusivo do procedimento eleitoral e adquirido em um tempo específico. Dessa forma, vislumbra-se, por exemplo, a criação de mecanismos institucionais para que a proporção dos membros de dado grupo político aproxime-se do seu número na população (MANSBRIDGE, 1999, *apud* SACCHET, 2012). Alkmin (2013) ressalta que existirá sempre uma constante tensão entre o ideal da efetividade do sistema de representação e aquilo que é realmente alcançado, pois isso depende de condições sociais mais propícias à participação política e à autonomia dos indivíduos. Almeida (2014b) afirma que constitui uma utopia pensar em uma sociedade participativa em todos os momentos e assuntos que tocam o indivíduo. Portanto, apesar dos problemas pontados ainda não é possível dispensar a atividade política como atividade indireta, a partir da lente da representação.

Com isso, Almeida (2014a), questiona o veredito de Miguel (2011), o qual concebe representação da sociedade civil como uma falsa solução para o problema da exclusão e da autonomia. Manin (1997) reconhece que não há saídas fáceis para esse dilema frente às

desigualdades estruturais da sociedade capitalista e à ausência de universalização dos recursos materiais, informacionais e cognitivos que permitem seu desenvolvimento. Portanto, seria necessário focalizar uma dupla solução, na qual, mais do que focar exclusivamente no aprimoramento da democracia por meio da pluralidade de representantes da sociedade civil (MANIM, 1997; YOUNG, 2000; LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006), que se apresentam como porta-vozes das necessidades e do bem-estar de outros, seria necessário ampliar também os mecanismos de participação no debate público e a dimensão da produção de interesses, levando em conta nessa produção os processos sociais que estão por trás das decisões políticas (MIGUEL, 2011, 2017).

Detendo-se ao objeto de estudo do presente trabalho, destaca-se a noção de “representação descritiva” que, conceberia o governo como uma espécie de mapa, de microcosmo, no qual, reproduz, ainda que de forma imperfeita, um reflexo da sociedade, constituindo um campo de vozes múltiplas e diferenciadas. Nesse caso, supõe-se que haveria uma ligação estreita entre as características do representante e as do representado, tendo em vista sua possibilidade de traduzir a necessidade do grupo que representa.

Se de um lado o conceito acerca da representação ainda demonstra um campo de estudos e reflexões de alta complexidade, de outro, ao se buscar relação entre as características dos representantes e dos representados, evidenciam-se outras perspectivas que ainda merecem aprofundamento.

Nesse contexto, então, como se caracterizar o processo eleitoral e sua contribuição para a representação dos interesses dos cidadãos dada a multiplicidade de variáveis envolvidas? Importa destacar aqui, é que a visão corrente da representação política, no senso comum, no ordenamento jurídico e também na ciência política, está centrada no voto e na primeira dimensão, positiva, do exercício do poder: trata-se do processo de escolha de delegados para que tomem as decisões em nosso nome. A eleição, portanto, ocupa uma posição de destaque já que se configura como o episódio fundador e, ao mesmo tempo, a meta orientadora da relação entre representantes e representados. Ela é vista tanto como o momento da autorização para que outros decidam em nome do povo, que permanece como titular último da soberania, quanto como o momento de efetivação da *accountability*, quando os representados apresentam seu veredito sobre a prestação de contas dos representantes (MIGUEL, 2003, p. 131). Não tendo a pretensão de esgotar a discussão sobre o tema, outros estudos discutem o comportamento eleitoral e apresentam algumas perspectivas teóricas que podem trazer outro olhar sobre a questão, evidencia a amplitude e a complexidade do tema.

Dentre as principais teorias para explicar o comportamento eleitoral, destacam-se: a perspectiva sociológica, a psicológica e a teoria da escolha racional (FIGUEIREDO, 1991; CASTRO, 1994). Segundo Radmann (2001), no caso brasileiro, as perspectivas sociológicas e psicológicas mostraram-se mais relevantes na análise do comportamento eleitoral.

Na perspectiva sociológica, o ambiente social direciona o eleitor na escolha do seu voto. Vários estudos foram desenvolvidos partindo-se dessa premissa, procurando estabelecer uma relação entre a situação socioeconômica dos indivíduos e a opção partidária (SOARES, 1973; REIS, 1978). O eleitor seria influenciado por fatores históricos, estruturais e culturais globais, que determinariam as características sociais, econômicas e políticas de uma sociedade (CASTRO, 1994, p. 29), ou seja, os eleitores em situação social semelhante adotariam condutas político-eleitorais compatíveis com seu contexto.

Autores como Castro (1994), Almeida (1998), Silveira (1998), Magalhães (1998), e Baquero (2000) concluem que o voto dos eleitores de baixa sofisticação política direciona-se à pessoa do candidato e que essa escolha está diretamente associada à imagem do candidato. O eleitorado brasileiro, numa perspectiva geral, tem alto nível de desinformação e baixo grau de consistência ideológica, de apatia e ceticismo com relação às eleições. Mais importante do que a identificação partidária seria o personalismo político (BAQUERO, 1984, 1985, 1996, 1997; CASTRO, 1994; SILVEIRA, 1998; ALMEIDA, 1998; MAGALHÃES, 1998).

Por outro lado, na perspectiva psicológica, a unidade de análise é o indivíduo. Suas motivações e escolhas se dão no nível psicológico, em que o seu comportamento eleitoral se desenvolve independentemente do contexto social, na estrutura de personalidade dos indivíduos, nos seus valores e crenças.

A perspectiva psicológica incorpora, nas análises do voto, fatores considerados intervenientes entre a situação socioeconômica do eleitor e o seu comportamento, com questões ligadas às percepções, às atitudes, às crenças, às opiniões e também às expectativas do eleitor (BAQUERO, 1985; LAVAREDA, 1991; BAQUERO; PRÁ, 1995; REIS, 1978, 1988; CASTRO, 1994).

Segundo Carreirão (2004), pode-se observar que os eleitores não são indiferentes às características pessoais dos candidatos, como carisma, personalidade, qualificação pessoal e profissional. Radmann (2001, p.14) destaca que, na “abordagem psicológica, a identificação partidária e a participação política estão vinculadas diretamente as percepções e motivações dos indivíduos em relação à política e aos partidos” – que seriam determinados pela posição do indivíduo na estrutura da sociedade. Indivíduos com a mesma

formação social e atitudes semelhantes tendem a ter comportamentos sociais também semelhantes.

Em contrapartida, a teoria da escolha racional formula a concepção de homem político a partir da noção do homem econômico, na qual os eleitores desempenham seu papel social racionalmente, avaliando, dentre os diversos partidos ou candidatos, aquele que poderá proporcionar maior benefício – racionalidade construída analisando custos e benefícios, tal qual um consumidor na esfera do mercado (RADMANN, 2001).

Em linhas semelhantes, outros autores aqui destacados contribuem em evidenciar aspectos do comportamento eleitoral. Oliveira (2010) elenca uma lista de motivações que podem determinar as escolhas dos eleitores, ou seja, ideologia; guia eleitoral ou estratégia de campanha; características do candidato; administração bem avaliada e situação econômica do país ou do eleitor.

Nicolau (2006) conclui que, nos estudos sobre as motivações que levam às escolhas dos eleitores, um dos principais temas é a influência dos atributos do candidato na decisão do eleitor, ou seja, o voto personalizado. Nessa premissa, apesar de o sistema proporcional de votação brasileira considerar que a representatividade da população deve se dar de acordo com a ideologia dos partidos ou coligações, podendo-se escolher preferencialmente um candidato, constata-se, pelo trabalho de Nicolau (2006) que o foco no candidato prevalece em relação ao partido ou a uma ideologia.

Nesse sentido, Nicolau (2006, p. 701) cita Cain, Farejohn e Fiorina (1987) ao destacar que:

O voto personalizado refere-se à porção do apoio eleitoral de um candidato que se origina em suas qualidades pessoais, qualificações, atividades e desempenho. A parte do voto que não é personalizada inclui apoio a um candidato baseado na sua filiação partidária, determinadas características do eleitor como classe, religião e etnia, reações às condições nacionais, tais como o estado da economia, e avaliação centrada no desempenho do partido que está no governo. (tradução do autor).

Muitas pesquisas sobre o comportamento eleitoral brasileiro ostentam que os eleitores não acreditam nos partidos e não se interessam por política. Caracterizam-se pela vulnerabilidade e volatilidade eleitoral. Mais ainda, inferem que a grande maioria dos eleitores, com baixo grau de informação, escolhe o seu voto em função da imagem e de atributos pessoais dos candidatos (BAQUERO; PRÁ, 1995; BAQUERO, 1984, 1985, 1996, 1997, 2000; CASTRO, 1994; GOLDMANN; SANT'ANA, 1996; ALMEIDA, 1998; MAGALHÃES, 1998; SILVEIRA, 1998).

O sentido construtivo da representação mostra que a unidade que pode ser obtida por meio da representação democrática será sempre sujeita a disputas dentro dos termos propostos para esse sistema. Reconhecer que a representação é um processo e uma construção, que envolve distintos atores e mobiliza diferentes concepções de legitimidade não é a mesma coisa que dizer que ela é sempre democrática (ALMEIDA, 2014b, p. 196). Reforça-se, portanto, o desejo de se identificar indícios que permitam evidenciar aspectos de interseção, similaridade ou correspondência entre as características da população e os padrões de configuração do perfil dos prefeitos eleitos no país. Na tentativa de se estabelecer relação entre as teorias de representação, as características e peculiaridades do sistema eleitoral brasileiro e o comportamento do eleitor, detalha-se, a seguir, metodologia que conduziu a presente pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, de natureza exploratório-descritiva, envolveu procedimentos metodológicos de exploração de bases de dados estatísticos. Foram utilizadas as análises exploratória e descritiva de dados.

A fonte de dados do estudo para o perfil dos prefeitos eleitos compõe-se de dados secundários relativos aos candidatos a prefeitos, disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os quais foram organizados mediante tratamento estatístico, utilizando-se tabela de distribuição de frequências e cruzamentos de variáveis. O repositório de dados eleitorais, disponibilizado em formato de arquivo de dados, permitiu selecionar e analisar as variáveis de interesse específico do estudo. A base de dados foi construída empregando diretamente as informações declaradas pelos candidatos no momento do seu registro junto ao TSE, referentes ao sexo, idade, grau de instrução e ocupação.

Para o perfil do “eleitorado” foram empregadas informações dos Censos demográficos brasileiros de 2000 e 2010. Optou-se pela não utilização da base do TSE de eleitores pelo fato dessa apresentar informações desatualizadas dos mesmos, uma vez que os dados disponíveis referem-se à data de registro nos tribunais eleitorais. As variáveis utilizadas foram: sexo, idade média da população de 20 anos ou mais², e nível de instrução da população de 25 anos ou mais (classificada segundo grupos: sem instrução e fundamental incompleto, fundamental, médio e superior).

Nos cruzamentos realizados dos perfis dos prefeitos eleitos e dos “eleitores”, tomou-se como referência as informações do Censo demográfico de 2000 para os resultados das eleições de 2000 e 2004, e do Censo demográfico de 2010 para as eleições de 2008, 2012 e 2016. Para a análise da relação entre as variáveis demográficas e socioeconômicas dos “eleitores” e o perfil dos eleitos, foi empregado, quando possível, o coeficiente de correlação de Pearson, que mede o grau de associação entre duas variáveis de escala métrica. Esse coeficiente assume valores entre -1 e 1, sendo que, no primeiro caso, significa perfeita associação negativa entre as duas variáveis, ou seja, à medida que uma variável aumenta seu valor a outra diminui. Por outro lado, o coeficiente de correlação será igual a um quando houver uma associação perfeita positiva entre as duas variáveis.

Especificamente com relação à ocupação informada pelos prefeitos, foi necessário criar previamente grupos de ocupações dado o número relativamente elevado de ocupações declaradas. Optou-se por organizá-las segundo categorias ocupacionais, estabelecidas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e detalhada em Fundação João Pinheiro (2017).

² A seleção da população de 20 anos ou mais se justifica pelo fato de que a idade mínima observada dos prefeitos eleitos foi de 20 anos.

4 ANÁLISE DO PERFIL DOS ELEITOS NAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS BRASILEIRAS EM RELAÇÃO AO PERFIL POPULACIONAL

A partir do cruzamento das informações levantadas, a análise estratificou o perfil dos eleitos nas prefeituras brasileiras no período de 2000 a 2016 e buscou identificar relação com o perfil do “eleitorado” no mesmo período. A análise foi agrupada em características demográficas e socioeconômicas. A seguir são apresentados os resultados da análise desenvolvida.

4.1 Características demográficas

As características demográficas aqui representadas incluem os quesitos sexo e idade, refletindo a evolução do perfil dos prefeitos eleitos e do perfil do “eleitorado” no período de 2000 a 2016.

4.1.1 Sexo

No campo político, as mulheres permanecem sub-representadas nas prefeituras brasileiras. Tal constatação pode ter suas raízes na histórica desigualdade no campo social e econômico no Brasil em termos de análise de gênero. Há que se destacar que, a despeito das mulheres representarem pouco mais da metade da população brasileira, e consequentemente, parcela significativa dos votantes em todas as faixas etárias, tal constatação ainda se faz presente.

Os resultados das urnas nas eleições apontam a sub-representação das mulheres nas prefeituras brasileiras, a despeito do percentual de prefeitas eleitas ter aumentado continuamente entre 2000 e 2012. Informações dos censos demográficos de 2000 e 2010 mostram que pouco mais da metade da população brasileira é composta por mulheres, enquanto que nas prefeituras esse percentual é bem menos significativo. No ano 2000, 5,7% dos prefeitos eleitos eram do sexo feminino. Como mostra a Tabela 1, nas três eleições seguintes esse percentual cresce gradativamente chegando em 2012 a 11,8%, ou seja, pouco mais do que o dobro num período de quatro eleições. Entretanto, como pontuado anteriormente, permanece a sub-representação em relação à proporção da população (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017).

Na eleição de 2016, os percentuais praticamente não se alteram. Dentre os eleitos, as mulheres representavam 11,6%.

Tabela 1: Distribuição relativa dos prefeitos eleitos segundo sexo – Brasil –
2000/2004/2008/2012/ 2016

Eleição	Sexo	
	Feminino	Masculino
2000	5,7	94,3
2004	7,4	92,6
2008	9,4	90,6
2012	11,8	88,2
2016	11,6	88,4

Fonte: Elaboração dos autores

A sub-representação das mulheres nas prefeituras brasileiras se evidencia quando contrastados os percentuais de prefeitas eleitas e o percentual da população brasileira. Nos Censos Demográficos de 2000 e 2010, as mulheres representavam cerca de 51% do total da população.

Com o propósito de observar uma possível associação entre percentual de mulheres “eleitoras” residentes nos municípios e percentual de mulheres eleitas prefeitas foram elaboradas as Tabelas 2 a 6 que apresentam a distribuição do percentual de mulheres “eleitoras” nos municípios brasileiros segundo classes e o número e percentual de prefeitas eleitas em cada uma dessas classes. Para melhor entendimento, tem-se que no Brasil no ano de 2000, por exemplo, 45 municípios tinham percentual de mulheres “eleitoras” residentes (em relação ao total do município) entre 43,5% e 45,4%, ou seja, nesses municípios o número de mulheres residentes era menor que o número de homens. Desse total de 45 municípios, em apenas dois deles foi eleita mulher para a prefeitura, ou seja, apenas 4,44% do total de eleitos.

Tabela 2: Distribuição de prefeitas eleitas em 2000 segundo percentual de mulheres “eleitoras” por município em 2000 – Brasil

Classes	Total de municípios	Total de prefeitas	Percentual de prefeitas
43,5 I--- 45,5	45	2	4,44
45,5 I--- 47,5	568	26	4,58
47,5 I--- 49,5	2447	127	5,19
49,5 I--- 51,5	2232	143	6,41
51,5 I--- 53,5	203	15	7,39

Fonte: Elaboração dos autores.

Analisando os resultados das cinco eleições, não foi possível observar predominância de um padrão de relação entre percentual de mulheres “eleitoras” nos municípios e mulheres eleitas. Nos anos de 2000 e 2008, tem-se que aqueles municípios com os menores percentuais de mulheres “eleitoras” elegeram percentuais também reduzidos de prefeitas. À medida que aumenta o percentual de mulheres “eleitoras” nos municípios aumentou também o percentual de prefeitas eleitas. Por outro lado, nas eleições de 2012 e 2016, ou seja, mais recentemente, ocorreu o contrário, aqueles municípios com os menores percentuais de mulheres “eleitoras” tiveram os maiores percentuais de prefeitas eleitas e à medida que aumentava o percentual de mulheres “eleitoras” nos municípios, diminuía o percentual de prefeitas eleitas.

Na eleição de 2004, os percentuais de mulheres eleitas assumiu valores próximos em todas as classes de percentual de mulheres “eleitoras” – em torno dos 7,0% –, com exceção apenas para o conjunto de municípios com os menores percentuais de mulheres “eleitoras” residentes.

Tabela 3: Distribuição de prefeitas eleitas em 2004 segundo percentual de mulheres “eleitoras” por município em 2000 – Brasil

Classes	Total de municípios	Total de prefeitas	Percentual de prefeitas
43,5 I--- 45,5	45	2	4,44
45,5 I--- 47,5	568	42	7,39
47,5 I--- 49,5	2447	177	7,23
49,5 I--- 51,5	2232	169	7,57
51,5 I--- 53,5	203	14	6,90

Fonte: Elaboração dos autores.

Tabela 4: Distribuição de prefeitas eleitas em 2008 segundo percentual de mulheres “eleitoras” por município em 2010 – Brasil

Classes	Total de municípios	Total de prefeitas	Percentual de prefeitas
43,5 I--- 45,5	29	1	3,4
45,5 I--- 47,5	374	30	8,0
47,5 I--- 49,5	2132	199	9,3
49,5 I--- 51,5	2693	258	9,6
51,5 I--- 53,5	302	33	10,9

Fonte: Elaboração dos autores.

Tabela 5: Distribuição de prefeitas eleitas em 2012 segundo percentual de mulheres “eleitoras” por município em 2010 – Brasil

Classes	Total de municípios	Total de prefeitas	Percentual de prefeitas
43,5 I--- 45,5	29	4	13,79
45,5 I--- 47,5	377	53	14,06
47,5 I--- 49,5	2132	252	11,82
49,5 I--- 51,5	2696	320	11,87
51,5 I--- 53,5	302	27	8,94

Fonte: Elaboração dos autores

Tabela 6: Distribuição de prefeitas eleitas em 2016 segundo percentual de mulheres “eleitoras” por município em 2010 – Brasil

Classes	Total de municípios	Total de prefeitas	Percentual de prefeitas
43,5 I--- 45,5	29	2	6,90
45,5 I--- 47,5	375	50	13,33
47,5 I--- 49,5	2123	270	12,72
49,5 I--- 51,5	2276	248	10,90
51,5 I--- 53,5	302	25	8,28

Fonte: Elaboração dos autores.

4.1.2 Idade

Os resultados das eleições municipais de 2000 a 2016 evidenciam padrão etário característico aos prefeitos eleitos. A Tabela 7 mostra concentração nos grupos etários de 40 a 44 anos, 45 a 49 anos e 50 a 54 anos, perfazendo juntos mais da metade deles entre 2000 e 2012, e praticamente a metade em 2016. Destaca-se que, nas últimas quatro eleições, esse percentual vem se reduzindo. Nos demais grupos etários, os prefeitos eleitos com 55 anos ou mais apresentaram um percentual superior àqueles com menos de 40 anos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017).

Na eleição de 2016, 49,5% dos prefeitos eleitos tinham idade entre 40 e 54 anos. Para os demais, 20,2% encontravam-se entre 20 e 39 anos, enquanto que 30,3% tinham 55 anos ou mais.

Tabela 7: Distribuição relativa dos prefeitos eleitos segundo grupos etários – Brasil – 2000/2004/2008/2012/2016

Ano	Grupos etários (%)														Total	
	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	80 a 84	85 a 89	90 a 94	
2000	0,18	1,08	4,41	13,09	19,62	21,78	16,63	11,16	6,70	3,26	1,53	0,50	0,05	0,00	0,00	100,00
2004	0,31	1,78	4,93	12,96	20,01	19,65	17,47	11,15	6,54	3,35	1,25	0,44	0,09	0,07	0,00	100,00
2008	0,29	1,85	4,73	10,22	19,08	21,77	18,03	12,22	6,82	3,15	1,22	0,32	0,23	0,04	0,02	100,00
2012	0,52	2,19	6,79	10,42	15,28	20,85	17,71	12,52	7,85	3,59	1,74	0,43	0,07	0,02	0,02	100,00
2016	0,36	2,31	6,61	11,72	14,58	17,02	18,20	12,73	8,96	4,38	2,27	0,59	0,22	0,05	0,02	100,00

Fonte: Elaboração dos autores.

Analizando a distribuição etária dos “eleitores” nos levantamentos censitários de 2000 e 2010 (TABELA 8), tem-se maior concentração no grupo etário mais jovem (entre 20 e 39 anos) seguido pelos adultos (entre 40 e 54 anos) e mais velhos (55 anos e mais). Chama atenção que esse primeiro grupo, apesar de representar mais da metade da população de 20 anos e mais, no Brasil, em 2000 e aproximadamente metade em 2010, apresentou representatividade bastante inferior nas prefeituras brasileiras, como destacado acima. Aqueles de maior representatividade dentre os prefeitos eleitos (40 e 54 anos) apresentaram percentual mais elevado que o observado no perfil dos “eleitores”.

Tabela 8: Distribuição relativa da população de 20 anos ou mais segundo grupos etários – Brasil – 2000/2010

Ano	Grupos etários (%)				Total
	20 a 39	40 a 54	55 a mais		
2000	54,32	25,94	19,75		100,00
2010	49,97	27,37	22,66		100,00

Fonte: Elaboração dos autores

As alterações observadas ao longo das eleições na estrutura etária tiveram como resultado o aumento da idade média dos prefeitos como aponta a Tabela 9. De forma geral, no Brasil como um todo, a idade média encontrava-se em torno dos 48,0 anos, com

pequenas oscilações entre 2000 e 2012 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017), sendo que nas quatro últimas eleições houve um aumento sistemático dos valores registrados, alcançando em 2016 o valor de 48,8 anos.

Tabela 9: Idade média dos prefeitos eleitos – Brasil – 2000/2004/2008/2012/2016

Eleição	Idade média
2000	48,0
2004	47,7
2008	48,1
2012	48,3
2016	48,8

Fonte: Elaboração dos autores

Com o intuito de verificar uma possível associação entre idade do “eleitorado” e idade do prefeito eleito foram calculados os coeficientes de correlação de Pearson entre a idade do prefeito eleito e a idade média do “eleitorado”, segundo município para cada uma das eleições consideradas. Ressalta-se que, para o cálculo da idade média do “eleitorado”, considerou-se a população de 20 anos ou mais. O objetivo é avaliar e mensurar uma possível associação entre as variáveis. Municípios onde a idade média do “eleitor” é mais elevada tenderia a eleger também prefeitos com idade maior? Naqueles com idade média do “eleitor” inferior, seriam eleitos prefeitos mais novos?

Os resultados apresentados na Tabela 10 apontam que apenas nas eleições de 2008 e 2012 se evidenciou correlação positiva e estatisticamente significativa (no nível de 0,01) entre a idade do prefeito eleito e a idade média dos “eleitores”, entretanto, o coeficiente explicaria um percentual muito baixo de variação, 5,4% e 4,3%, respectivamente.

Tabela 10: Correlação de Pearson entre idade dos prefeitos eleitos e idade média da população segundo municípios – Brasil – 2000/2004/2008/2012/2016

Ano	Especificação	
2000	Correlação de Pearson	0,01
	Sig. (2 extremidades)	0,45
2004	Correlação de Pearson	0,02
	Sig. (2 extremidades)	0,17
2008	Correlação de Pearson	,054 **
	Sig. (2 extremidades)	0,00
2012	Correlação de Pearson	,043 **
	Sig. (2 extremidades)	0,00
2016	Correlação de Pearson	0,02
	Sig. (2 extremidades)	0,10

Fonte: Elaboração dos autores.

A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

4.2 Características socioeconômicas

As características socioeconômicas aqui representadas incluem os quesitos nível de instrução e ocupação³, refletindo a evolução do perfil dos prefeitos eleitos e do perfil do “eleitorado” no período 2000 a 2016.

4.2.1 Nível de instrução

Os dados mostram que no decorrer do período analisado cresceu o nível de instrução dos prefeitos eleitos, em patamares e evoluções distintas, no Brasil; entretanto, verifica-se que candidatos com baixo nível de instrução ainda permanecem representados, mesmo que com percentuais decrescentes ao longo do período (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017).

Dois pontos chamam atenção na distribuição dos prefeitos eleitos segundo nível de instrução: predominância daqueles que declararam ter ensino superior completo e aumento gradativo dos níveis de instrução entre as eleições de 2000 e 2016 (TABELA 11). Dos prefeitos eleitos em 2000, 38,7% declararam possuir o nível superior completo, passando para 52,6% no ano de 2016. Desta forma, poder-se-ia apontar a elevada proporção de prefeitos eleitos com curso superior indicando que pessoas com baixo grau de instrução têm menor representatividade como prefeito eleito. Entretanto, alguns ainda alcançam resultado positivo. Enquanto na eleição de 2000, do total de prefeitos, 15,5% não tinham o primeiro grau completo⁴, em 2016, esse percentual era de 7,0%, fruto de quedas sucessivas e significativas ao longo das cinco eleições. Há que se destacar que esse grupo representa, em termos percentuais, nesse ano, menos da metade daquele observado em 2000. Vale ressaltar ainda que pouco mais de $\frac{1}{4}$ dos prefeitos eleitos tinham o 2º grau completo. Na última eleição representavam 25,7% do total.

³ Dadas as especificidades da análise da composição ocupacional dos eleitos (reeleitos ou não) o mesmo perfil não foi considerado para a população brasileira. As demais características demográficas e socioeconômicas permanecem na análise.

⁴ Inclui os prefeitos que declararam: Lê e escreve ou 1º grau incompleto.

Tabela 11: Distribuição relativa dos prefeitos eleitos segundo nível de instrução – Brasil – 2000/2004/2008/2012/2016

Ano	Nível de escolaridade							
	Lê e escreve	1º grau incompleto	1º grau completo	2º grau incompleto	2º grau completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
2000	2,0	13,5	10,0	5,1	23,6	7,0	38,7	100,0
2004	1,7	11,9	7,5	4,3	26,4	7,0	41,2	100,0
2008	1,0	9,4	7,3	3,9	27,0	6,8	44,6	100,0
2012	0,8	7,1	6,5	2,9	27,5	6,0	49,2	100,0
2016	0,8	6,2	6,5	2,5	25,7	5,7	52,6	100,0

Fonte: Elaboração dos autores

Analizando o grau de instrução da população brasileira de 25 anos ou mais (“eleitores” de 25 anos ou mais) nos levantamentos censitários de 2000 e 2010 se observou percentual do “eleitorado” com superior completo pouco expressivo e bastante distinto daquele percentual observado no perfil dos prefeitos eleitos (TABELA 12). No ano 2000, apenas 6,7% tinha superior completo, passado para 11,2% em 2010. Entretanto, o que chama atenção são os percentuais da população sem instrução e fundamental incompleto que representavam pouco mais de 2/3 da população em 2000 e metade em 2010.

Tabela 12: Distribuição relativa da população de 25 anos ou mais segundo nível de instrução – Brasil – 2000/2010

Ano	Nível de escolaridade (%)				
	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental	Médio	Superior	Total
2000	64,01	12,90	16,36	6,73	100,00
2010	49,57	14,70	24,58	11,15	100,00

Fonte: Elaboração dos autores.

Com o propósito de verificar uma possível associação entre o nível de instrução do “eleitorado” brasileiro e o nível de instrução dos prefeitos eleitos foram construídas tabelas cruzadas para cada uma das eleições. Municípios com maior percentual de “eleitores” de 25 anos ou mais com superior completo elegeriam mais ou menos prefeitos com superior completo. À medida que aumenta o percentual de “eleitores” com nível superior existe um padrão referentemente aos prefeitos em termos de nível de instrução? Para as eleições de 2000 e 2004, tomou-se como referência as informações do Censo de 2000, e, para as eleições de 2008, 2012 e 2016 as informações do Censo de 2010.

Para o Brasil como um todo, os resultados apresentados nas Tabelas 13 a 17 apontam que, de forma geral, pode-se observar que existe associação entre o nível de instrução da população e nível de instrução dos prefeitos eleitos quando analisados segundo grupos. Naquele grupo de municípios com os menores percentuais de “eleitores”

com curso superior (0% a 5%) se verificou os menores percentuais de prefeitos eleitos com curso superior. À medida que se caminha entre os grupos, ou seja, passando para aquele de 5% a 10% até o de 30% a 35%, aumenta gradativamente o percentual de prefeitos eleitos com nível superior completo.

Tabela 13: Distribuição relativa da população e dos prefeitos eleitos segundo nível de instrução – Brasil – 2000

População com superior	Prefeitos							
	Lê e escreve	1º grau incompleto	1º grau completo	2º grau incompleto	2º grau completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
0% I--- 5%	2,2	14,6	10,4	5,4	25,0	6,9	34,5	100,0
5% I--- 10%	0,3	4,8	6,3	2,6	12,3	7,7	65,0	100,0
10% I--- 15%	0,0	0,0	3,2	3,2	6,5	4,8	80,6	100,0
15% I--- 20%	0,0	0,0	11,1	0,0	0,0	0,0	88,9	100,0
20% I--- 25%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
25% I--- 30%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
30% I--- 35%								
Total	2,0	13,4	9,9	5,1	23,4	6,9	38,4	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

Tabela 14: Distribuição relativa da população e dos prefeitos eleitos segundo nível de instrução – Brasil – 2004

População com superior	Prefeitos							
	Lê e escreve	1º grau incompleto	1º grau completo	2º grau incompleto	2º grau completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
0% I--- 5%	1,8	12,8	7,8	4,4	27,8	7,0	37,9	100,0
5% I--- 10%	0,2	3,8	5,5	4,3	15,7	6,9	63,7	100,0
10% I--- 15%	1,6	3,3	3,3	0,0	4,9	6,6	80,3	100,0
15% I--- 20%	0,0	0,0	0,0	0,0	11,1	0,0	88,9	100,0
20% I--- 25%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
25% I--- 30%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
30% I--- 35%								
Total	1,6	11,7	7,5	4,3	26,2	7,0	41,2	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

Tabela 15: Distribuição relativa da população e dos prefeitos eleitos segundo nível de instrução – Brasil – 2008

População com superior	Prefeitos							
	Lê e escreve	1º grau incompleto	1º grau completo	2º grau incompleto	2º grau completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
0% I--- 5%	1,5	11,6	8,6	4,7	29,3	7,5	36,7	100,0
5% I--- 10%	0,4	7,9	6,4	3,2	26,7	6,0	49,3	100,0
10% I--- 15%	0,5	3,4	3,7	2,1	13,9	6,6	69,7	100,0
15% I--- 20%	0,0	1,4	1,4	0,0	14,3	5,7	77,1	100,0
20% I--- 25%	0,0	0,0	0,0	0,0	13,3	0,0	86,7	100,0
25% I--- 30%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
30% I--- 35%	0,0	0,0	20,0	0,0	0,0	0,0	80,0	100,0
Total	1,0	9,4	7,3	3,9	27,0	6,8	44,6	100,0

Fonte: Elaboração dos autores

Tabela 16: Distribuição relativa da população e dos prefeitos eleitos segundo nível de instrução – Brasil – 2012

População com superior	Prefeitos							
	Lê e escreve	1º grau incompleto	1º grau completo	2º grau incompleto	2º grau completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
0% I--- 5%	1,3	9,0	7,5	3,4	30,1	6,8	41,9	100,0
5% I--- 10%	0,3	5,7	6,3	2,4	27,1	5,2	53,0	100,0
10% I--- 15%	0,0	1,6	1,3	1,6	13,9	5,0	76,6	100,0
15% I--- 20%	0,0	1,4	0,0	0,0	8,6	5,7	84,3	100,0
20% I--- 25%	0,0	0,0	6,7	6,7	13,3	13,3	60,0	100,0
25% I--- 30%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
30% I--- 35%	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	0,0	80,0	100,0
Total	0,8	7,1	6,5	2,9	27,5	6,0	49,2	100,0

Fonte: Elaboração dos autores

Tabela 17: Distribuição relativa da população e dos prefeitos eleitos segundo nível de instrução – Brasil – 2016

População com superior	Prefeitos							Total
	Lê e escreve	1º grau incompleto	1º grau completo	2º grau incompleto	2º grau completo	Superior incompleto	Superior completo	
0% I--- 5%	1,1	7,7	7,8	2,6	28,7	6,2	45,8	100,0
5% I--- 10%	0,5	5,0	5,9	2,8	24,3	5,1	56,4	100,0
10% I--- 15%	0,3	2,6	2,1	0,8	13,5	3,7	77,0	100,0
15% I--- 20%	0,0	1,4	0,0	1,4	8,6	8,6	80,0	100,0
20% I--- 25%	0,0	0,0	0,0	0,0	6,7	13,3	80,0	100,0
25% I--- 30%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
30% I--- 35%	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	0,0	80,0	100,0
Total	0,8	6,2	6,5	2,5	25,6	5,6	52,6	100,0

Fonte: Elaboração dos autores

4.2.2 Ocupação

A análise das ocupações declaradas pelos prefeitos eleitos nas eleições de 2000 a 2016 evidencia importantes mudanças quando analisadas segundo categorias ou grupos ocupacionais ao longo dos anos em questão.

No que se refere à ocupação declarada pelos prefeitos eleitos no total do país, os “profissionais das ciências e das artes” apresentaram participação expressiva, entretanto, com redução ao longo desse período. Conforme mostra a Tabela 18, no ano de 2000, esse grupo representava o maior percentual dos eleitos, 28,4%, passando para 25,5% da totalidade em 2012. Nessa última eleição representa ainda percentual importante, entretanto, deixando de caracterizar-se como principal conjunto de ocupações. O subgrupo “profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins” destaca-se na composição do referido grupo em todas as eleições analisadas apresentando também redução do seu percentual (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017).

Fundação João Pinheiro (2017) aponta que desde 2008, os “profissionais das ciências e das artes” deixam a posição de principal ocupação dando lugar aos “membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse político e de empresas e gerentes”. Chama atenção para a relevância de tal fato, tanto pelo significativo crescimento da participação desse último grupo ocupacional ao longo das quatro eleições quanto pela importância relativa. Esse percentual praticamente dobra, passando de 22,0% em 2000 para 41,5% em 2012. Mais ainda, especificamente sobre esse grupo, os resultados apontam elevada participação do subgrupo “membros superiores e dirigentes do poder público” na composição dos prefeitos eleitos, e uma trajetória ascendente. Se em 2000 representavam apenas 5,9% do total de eleitos, chega em 2012 a 22,3%. Na sua quase totalidade, declararam ter como ocupação “prefeito” ou “vereador”, o que os situa como

pertencentes a uma “carreira política”, sendo reeleitos no mesmo cargo ou eleitos em outros cargos políticos. Além desse subgrupo, também os “dirigentes de empresas e organizações” vem apresentando participação crescente, apesar de estabelecerem patamares inferiores. Em 2000, representavam 2,3% passando para 12,5% em 2012.

Tabela 18: Distribuição relativa dos prefeitos eleitos segundo ocupação – Brasil – 2000/2004/2008/2012/2016

Especificação	2000	2004	2008	2012	2016
GRUPO 0 - Forças Armadas, policiais e bombeiros militares	0,27	0,22	0,13	0,13	0,18
Policiais militares	0,27	0,22	0,11	0,13	0,16
Bombeiros militares	0,00	0,00	0,02	0,00	0,02
GRUPO 1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	22,00	26,44	43,93	41,54	42,02
Membros superiores e dirigentes do poder público	5,94	7,35	26,62	22,27	20,98
Dirigentes de empresas e organizações	2,25	7,32	9,03	12,52	14,96
Dirigentes e gerentes dos serviços de saúde, de educação, ou serviços culturais, sociais e pessoais	0,07	0,13	0,16	0,13	0,13
Gerentes	13,74	11,65	8,12	6,63	5,95
GRUPO 2 - Profissionais das ciências e das artes	28,44	30,34	25,61	25,50	25,63
Pesquisadores e profissionais policientíficos	0,00	0,00	0,00	0,02	0,04
Profissionais das ciências exatas, físicas e engenharias	2,99	3,80	2,45	2,33	2,09
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	11,74	11,56	8,93	7,90	8,31
Profissionais do ensino	4,10	5,20	4,48	4,31	4,16
Profissionais das ciências jurídicas	5,13	4,73	3,85	4,47	5,01
Profissionais das ciências sociais e exatas	3,78	4,15	5,16	5,77	5,57
Comunicadores, artistas e religiosos	0,70	0,91	0,74	0,70	0,45
GRUPO 3 - Técnicos de nível médio	3,47	3,93	3,44	2,84	2,20
Técnicos polivalentes	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00
Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins	1,03	1,09	1,06	0,52	0,40
Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins	0,09	0,11	0,11	0,20	0,18
Técnicos de nível médio em serviços de transporte	0,07	0,14	0,16	0,11	0,05
Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	2,29	2,59	2,11	1,98	1,57
GRUPO 4 - Trabalhadores de serviços administrativos	0,25	0,49	0,74	0,88	0,79
Escrivários	0,20	0,40	0,67	0,79	0,79
Trabalhadores de atendimento ao público	0,05	0,09	0,07	0,09	0,00
GRUPO 5 - Trabalhadores de serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	3,26	1,29	1,44	1,02	1,21
Trabalhadores dos serviços	1,19	0,85	0,97	0,68	0,83
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	2,07	0,43	0,47	0,34	0,38
GRUPO 6 - Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	16,94	16,05	12,60	11,24	11,21
Produtores na exploração agropecuária	6,55	16,03	12,29	10,94	10,96
Trabalhadores na exploração agropecuária	10,33	0,00	0,29	0,29	0,18
Trabalhadores na mecanização agropecuária a florestal	0,00	0,00	0,02	0,02	0,07
Pescadores e extrativistas florestais	0,05	0,02	0,00	0,00	0,00
GRUPO 7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	0,04	0,04	0,05	0,05	0,18
Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil	0,04	0,02	0,00	0,00	0,16
Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos	0,00	0,02	0,05	0,04	0,00
Trabalhadores das indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00
GRUPO 8 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	0,02	0,00	0,04	0,00	0,05
Trabalhadores na fabricação de alimentos, bebidas e fumo	0,02	0,00	0,00	0,00	0,04
Operadores de produção, captação, tratamento e distribuição (energia, água e utilic	0,00	0,00	0,04	0,00	0,01
GRUPO 10 - Servidores Públicos	6,32	7,99	5,81	8,51	7,59
Servidor público estadual	2,72	3,17	2,43	3,30	2,54
Servidor público federal	0,54	0,83	0,58	1,04	0,88
Servidor público municipal	3,06	3,98	2,81	4,17	4,16
GRUPO 11 - Aposentados	3,10	2,59	1,76	2,46	3,15
Aposentado (exceto servidor público)	1,98	1,14	1,31	1,72	2,14
Servidor público civil aposentado	0,99	1,30	0,27	0,63	0,85
Militar reformado	0,13	0,14	0,18	0,11	0,16
GRUPO 12 - Outras Categorias	0,63	1,96	1,66	1,40	0,96
Dona de casa	0,29	0,29	0,56	0,48	0,40
Estudante, bolsista, estagiário e assemelhados	0,22	0,24	0,59	0,48	0,23
Fiscal	0,13	0,11	0,14	0,13	0,14
Industrial	0,00	1,14	0,31	0,20	0,05
Ocupante de cargo em comissão	0,00	0,18	0,05	0,11	0,13
GRUPO 13 - Não informado	4,50	2,35	0,00	0,00	0,00
GRUPO 999 - Outros	10,77	6,32	2,81	4,42	4,61
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração dos autores

Dois outros grupos merecem observação, apesar de assumirem melhor importância relativa, segundo estudo elaborado por Fundação João Pinheiro(2017). Primeiramente, o grupo dos “trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca” que em 2000 representava 16,9% dos prefeitos eleitos, passando para 11,2% em 2012, sendo que esses se compunham basicamente de “produtores na exploração agropecuária”. Tal grupo apresentou representatividade proporcional decrescente no período analisado. Na sequência, o grupo dos “servidores públicos” apresentando variações de representação ao longo das eleições, alcançando na eleição de 2012 8,5% do total dos prefeitos eleitos, assumindo uma representatividade relativa crescente nesse período. Ressalta-se que os quatro grupos destacados acima representavam a grande maioria das ocupações declaradas pelos prefeitos eleitos – 73,7% em 2000 e 86,8% em 2012.

Na eleição de 2016, o perfil ocupacional permaneceu praticamente o mesmo, estabelecendo apenas variações nos percentuais. Destaque ainda para os “membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse político e de empresas e gerentes” com representação de 42,0% dos eleitos, sendo que aqueles pertencentes a uma “carreira política” representavam 21,0% do total dos eleitos. Chama atenção, ainda, o aumento da representação do subgrupo “dirigentes de empresas e organizações” que perfaziam 15,0% dos eleitos.

Dado a elevação da representação do subgrupo “membros superiores e dirigentes do poder público”, pertencente ao grupo “membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse político e de empresas e gerentes”, são apresentados a seguir cruzamentos da informação de ocupação (“reeleito” e “não reeleito”) com os demais atributos da população considerados no estudo. O objetivo é verificar possíveis associações entre esse perfil ocupacional e as características do “eleitorado” nos municípios brasileiros.

A Tabela 19 apresenta o cruzamento entre o percentual de homens “eleitores” residentes nos municípios, considerados em agrupamentos, e os percentuais de prefeitos “reeleitos” dentro de cada grupo. Os resultados apontam que municípios com menores ou maiores percentuais de homens “eleitores” na população estão associados a um menor ou maior percentual de prefeitos “reeleitos”. O conjunto de municípios com os menores percentuais “reelegeram” um percentual mais de prefeitos, sendo que a medida que o primeiro aumentava, diminuía o percentual de “reeleitos”. Tal constatação se deu em todas as eleições consideradas. Os resultados apontam que, consequentemente, o inverso ocorre em relação às mulheres “eleitoras”.

Tabela 19: Distribuição do percentual de homens “eleitores” na população com prefeito reeleito ou não – Brasil – 2000/2004/2008/2012/2016

% de homens (pop)	2000		2004		2008		2012		2016	
	Reeleito	Não	Reeleito	Não	Reeleito	Não	Reeleito	Não	Reeleito	Não
43,5 I--- 45,5										
45,5 I--- 47,5	26,5	73,5	26,5	73,5	38,5	61,5	51,9	48,1	44,2	55
47,5 I--- 49,5	5,8	94,2	9,7	90,3	26,8	73,2	42,2	57,8	21,3	78
49,5 I--- 51,5	5,4	94,6	6,7	93,3	26,4	73,6	41,3	58,7	21,2	78
51,5 I--- 53,5	6,9	93,1	6,1	93,9	26,3	73,7	40,7	59,3	18,4	81
Total	6,0	94,0	7,3	92,7	26,6	73,4	41,5	58,5	20,9	79

Fonte: Elaboração dos autores.

No que se refere à idade dos “eleitores” não foi possível observar um padrão único relativamente ao percentual de prefeitos “reeleitos” (TABELA 20). Nas eleições de 2000 e 2012, aquele conjunto de municípios com as menores idades médias “reelegeram” mais prefeitos, proporcionalmente, que os demais, e, à medida que a idade média aumentava, diminuía o percentual de “reeleitos”. Por outro lado, nas eleições de 2008 ocorreu o contrário: municípios com idade média da população de “eleitores” menores “reelegeram” um percentual menor de prefeitos, e, à medida que aumentava a idade média dos “eleitores” aumentava também percentual de “reeleitos”. Na última eleição, os percentuais de “reeleitos” foi muito parecido, independentemente da idade média dos “eleitores” residentes nos municípios.

Tabela 20: Distribuição da idade média população com prefeito reeleito ou não – Brasil – 2000/2004/2008/2012/2016

Idade média população	2000		2004		2008		2012		2016	
	Reeleito	Não	Reeleito	Não	Reeleito	Não	Reeleito	Não	Reeleito	Não
34 I--- 38	9,9	90,1	11,6	88,4	23,5	76,5	57,6	42,4	21,2	78
38 I--- 42	7,0	93,0	7,2	92,8	27,6	72,4	46,5	53,5	23,6	76
42 I--- 46	3,6	96,4	6,6	93,4	26,3	73,7	39,9	60,1	20,0	80
46 I--- 50	0,0	100,0	16,7	83,3	26,4	73,6	35,5	64,5	20,0	80
50 I--- +					33,3	66,7	33,3	66,7	22,2	77
Total	6,1	93,9	7,2	92,8	26,6	73,4	41,5	58,5	21,0	79

Fonte: Elaboração dos autores

Por outro lado, cruzando as informações de nível de instrução do “eleitorado” (proporção da população de 25 anos ou mais com superior) e o percentual de prefeitos “reeleitos” se verifica associação entre as variáveis em todas as cinco eleições (TABELA 21).

No conjunto de municípios com os menores percentuais de “eleitores” com superior se observou o menor percentual de prefeitos “reeleitos”, sendo que à medida que aumentam os percentuais do “eleitorado” com superior aumentam também com percentuais de prefeitos “reeleitos”.

Tabela 21: Distribuição de nível superior da população com prefeito reeleito ou não – Brasil – 2000/2004/2008/2012/2016

População com superior	2000		2004		2008		2012		2016	
	Reeleito	Não	Reeleito	Não	Reeleito	Não	Reeleito	Não	Reeleito	Não
0% I--- 5%	5,7	94,3	6,8	93,2	25,6	74,4	41,4	58,6	20,7	79,3
5% I--- 10%	7,2	92,8	9,6	90,4	27,1	72,9	41,2	58,8	19,9	80,1
10% I--- 15%	8,1	91,9	13,1	86,9	28,4	71,6	42,3	57,7	25,1	74,9
15% I--- 20%	33,3	66,7	33,3	66,7	41,4	58,6	45,7	54,3	38,6	61,4
20% I--- 25%	50,0	50,0	0,0	100,0	40,0	60,0	80,0	20,0	40,0	60,0
25% I--- 30%	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0	25,0	75,0	50,0	50,0
30% I--- 35%					40,0	60,0	60,0	40,0	20,0	80,0
Total	5,9	94,1	7,2	92,8	26,6	73,4	41,5	58,5	21,0	79,0

Fonte: Elaboração dos autores

5 CONCLUSÃO

Com relação ao sexo, pode-se dizer que a sub-representação das mulheres nas prefeituras brasileiras ficou evidenciada quando contrastados os percentuais de prefeitas eleitas e os percentuais de mulheres “eleitoras” na população brasileira, que apresentaram percentuais mais significativos.

Não foi possível observar predominância de um padrão único de relação entre o percentual de mulheres “eleitoras” nos municípios e prefeitas eleitas. Nos anos de 2000 e 2008, tem-se que aqueles municípios com os menores percentuais de mulheres “eleitoras” elegeram percentuais também reduzidos de prefeitas. À medida que aumenta o percentual de mulheres “eleitoras” nos municípios aumentou também o percentual de prefeitas eleitas. Por outro lado, nas eleições de 2012 e 2016, ou seja, mais recentemente, ocorreu o contrário, aqueles municípios com os menores percentuais de mulheres “eleitoras” tiveram os maiores percentuais de prefeitas eleitas e à medida que aumentava o percentual de mulheres “eleitoras” nos municípios, diminuía o percentual de prefeitas eleitas.

No que diz respeito à idade, os resultados evidenciaram padrão etário característico aos prefeitos eleitos, com concentração no grupo etário de 40 a 54 anos. Comparativamente à distribuição etária dos “eleitores” nos levantamentos censitários de 2000 e 2010, observou-se maior concentração no grupo etário mais jovem (20 a 39 anos). Esse grupo, apesar de representar mais da metade dos “eleitores” em 2000 e 2010, apresentou representatividade bastante inferior nas prefeituras brasileiras.

As alterações observadas ao longo das eleições na estrutura etária tiveram como resultado o aumento da idade média dos prefeitos, passando de 48,0 anos, em 2000, para 48,8 anos em 2016. Analisando uma possível correlação entre a idade do “eleitorado” e idade do prefeito eleito, os resultados, apontaram que apenas nas eleições de 2008 e 2012 se evidenciou correlação positiva e estatisticamente significativa, entretanto, o coeficiente explicaria um percentual muito baixo de variação.

Relativamente ao nível de instrução, verificou-se que, no decorrer do período analisado, cresceu o nível de instrução dos prefeitos eleitos em patamares e evoluções distintas, no entanto, verifica-se que candidatos com baixo nível de instrução ainda permanecem representados, mesmo que com percentuais decrescentes ao longo do período, com predominância daqueles que declararam ter ensino superior completo e aumento gradativo dos níveis de instrução entre as eleições de 2000 e 2016.

Analizando o nível de instrução dos “eleitores” de 25 anos ou mais, nos levantamentos censitários de 2000 e 2010, observou-se percentuais de “eleitores” com

superior completo pouco expressivo e bastante distinto daqueles observados no perfil dos prefeitos eleitos.

Para o Brasil como um todo, observou-se que existe associação entre o nível de instrução do “eleitorado” e nível de instrução dos prefeitos eleitos. Naqueles municípios com os menores percentuais de “eleitores” com curso superior, verificou-se os menores percentuais de prefeitos eleitos com curso superior. À medida que se caminhava entre os municípios, com crescente aumento do percentual dos “eleitores” com nível superior aumentava gradativamente o percentual de prefeitos eleitos com nível superior completo.

Finalmente, a análise das ocupações evidenciou importantes mudanças quando analisadas segundo categorias ou grupos ocupacionais. Os “profissionais das ciências e das artes” apresentaram participação expressiva, entretanto, com redução ao longo desse período. Entretanto, desde 2008, esse grupo deixou a posição de principal ocupação dando lugar aos “membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse político e de empresas e gerentes”. Chama atenção para a relevância de tal fato, tanto pelo significativo crescimento da participação desse último grupo ocupacional ao longo das quatro eleições quanto pela importância relativa. Na sua quase totalidade, declararam ter como ocupação “prefeito” ou “vereador”, o que os situa como pertencentes a uma “carreira política”, sendo reeleitos no mesmo cargo ou eleitos em outros cargos políticos.

Dois outros grupos merecem observação, apesar de assumirem melhor importância relativa: os “trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca” e os “servidores públicos”.

Além disso, com o objetivo de verificar possíveis associações entre esse perfil ocupacional (“reeleito” e “não reeleito”) e as características do “eleitorado” nos municípios brasileiros foram realizadas análises cruzadas, nas quais se observou que: municípios com menores ou maiores percentuais de homens “eleitores” na população estão associados inversamente a um menor ou maior percentual de prefeitos “reeleitos”; e que municípios com os menores ou maiores percentuais de “eleitores” com superior se associam diretamente com o menor ou maior percentual de prefeitos “reeleitos”. No que se refere à idade dos “eleitores”, não foi possível observar um padrão único relativamente ao percentual de prefeitos “reeleitos”.

Como conclusão a despeito dos estudos e teorias apresentados, ainda persiste a dificuldade de explicar como a escolha do eleitorado nas eleições possibilita garantir a representatividade de interesses no poder executivo local, haja vista a diversidade da sociedade brasileira.

Dentro da linha teórica que insere o processo eleitoral na temática da representação e do comportamento eleitoral, o presente estudo, ao buscar uma possível correlação entre o perfil dos prefeitos eleitos e a teoria descritiva por semelhança na composição das prefeituras brasileiras, investigada por possíveis evidências que pudessem retratar o perfil dos representados em relação ao perfil dos seus representantes, ou seja, na configuração de um suposto microcosmo da sociedade brasileira no poder executivo local, constata-se a impossibilidade de se estabelecer tal relação. As disparidades nas associações entre perfil dos eleitos e dos “eleitores” tornam claros os indicativos de que o poder executivo local não apresenta, de modo geral, semelhança com as características do “eleitorado” brasileira, dentro dos pressupostos da teoria descritiva por semelhança proposta por Pitkin (1985), uma vez que não espelham de forma fidedigna a sociedade como um microcosmo de quem a representa.

Tendo em vista tal constatação, é possível inferir em eventuais interpretações acerca das discrepâncias identificadas entre os perfis do “eleitorado” em relação aos de seus representantes nas prefeituras. Sendo assim, a não ascensão de grupos representativos de parcelas menos favorecidas da sociedade na representação do poder executivo é tida como um conjunto de fatores e não necessariamente atribuída individualmente a um fator ou outro. Nessa lógica, emerge a necessidade de novos estudos que aprofundem a discussão e que possam contribuir com entendimentos ainda mais precisos no que diz respeito às razões para os fenômenos ora identificados no presente estudo.

REFERÊNCIAS.

- ALKMIN, A. O paradoxo do conceito de representação política. **Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v.22, n.1, p.56-71, jan./jun. 2013.
- ALMEIDA, D.R. Pluralização da representação política e legitimidade democrática: lições das instituições participativas no Brasil. **Opinião Pública**, v. 20, n.1, p. 96-117, abr. 2014a.
- ALMEIDA, D.R. Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. **Revista de Sociologia Política**, v.22, n.50, p. 175-199, jun. 2014b.
- ALMEIDA, J. **Como vota o Brasileiro**: perfil ideológico do eleitor e evolução nas pesquisas de opinião de 1994. São Paulo: Xamã, 1998.
- BAQUERO, M. A desilusão democrática: um estudo longitudinal de cultura política. **Comunicação & Política**, v.3, n. 3, 1996.
- BAQUERO, M. **A Vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- BAQUERO, M. e PRÁ, J. R. **Matriz histórico-estrutural da cultura política no Rio Grande do Sul e padrões de participação política**. Porto Alegre: UFRGS, 1995. (Cadernos de Ciência Política, 3).
- BAQUERO, M. Novos padrões de comportamento eleitoral: pragmatismo nas eleições municipais de 1996 em Porto Alegre. In: BAQUERO, Marcello (Org.) **A lógica do processo eleitoral em tempos modernos: novas perspectivas de análise**. Porto Alegre: UFRGS; Canoas: Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1997.
- BAQUERO, M. Paradigma de converse: sistemas de crenças e o processo eleitoral em 1982 em POA-RS. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Porto Alegre, v.13, 1985.
- BAQUERO, M. As eleições de 1982 no Rio Grande do Sul num contexto de abertura política. In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Abertura política e comportamento eleitoral: nas eleições de 1982 no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1984.
- BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- CAIN, Bruce; FAREJOHN, John A.; FIORINA, Morris. **The personal vote**: constituency service and electoral independence. Cambridge: Harvard University Press, 1987.
- CARREIRÃO, Y. de S. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 22, p. 179-194, jun. 2004.
- CASTRO, M. M. M. **Determinantes do comportamento eleitoral**: a centralidade da sofisticação política. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994.
- DE GRAZIA, A. **Public and republic**. New York: Alfred A. Knopf, 1951.

FIGUEIREDO, M. **A decisão do voto: democracia e nacionalidade.** São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 1991.

GOLDMAN, M.; SANT'ANA, R. dos S. Elementos para uma análise antropológica do voto. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (Org.) **Antropologia, voto e representação política.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Perfil dos prefeitos eleitos nos municípios brasileiros:** estudo evolutivo das eleições realizadas no período entre 2000 e 2012. (Texto para Discussão, 4). Belo Horizonte, 2017. Disponível <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/texto-para-discussao/703-td-no4-claudia-horta/file>>. Acesso em: setembro de 2017.

HOBBES, T.. **Leviatã.** Ed. Martin Claret, São Paulo, 2006.

LAVALLE, A.G; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**, n. 67, p. 49-103, 2006.

LAVAREDA, A. **A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral Brasileiro.** Rio Fundo, RJ: IUPERJ, 1991.

MAGALHÃES, N. M. E. **O povo sabe votar: uma visão antropológica.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MANIN, B. **The principle of representative government.** Cambridge: Cambridge University, 1997.

MANSBRIDGE, J. Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent 'yes.' **The Journal of Politics**, v. 61, n. 3, p. 628-657, August 1999.

MIGUEL, L.F. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n. 51, fev., 2003.

MIGUEL, L. F. Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 25, p. 165-175, jun. 2006.

MIGUEL, L. F. Representação democrática: autonomia e interesse ou identidade e advocacy. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 353-364, 2011.

MIGUEL, L. F. Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 100, p. 83-119, jan./abr., 2017.

MILL, J. S. **Considerações sobre o governo representativo.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

NICOLAU, J. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados**, v. 49, n. 4, p. 689-718, 2006

OLIVEIRA, A. Pesquisas, estratégias eleitorais e a disputa presidencial de 2010. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.2, n.5, p.6-11, maio 2010.

PITKIN, H. F. **El concepto de representación**. Tradução de Ricardo Montoro Romero. Madrid: Centro de Estudios constitucionales, 1985. Título original: The concept of representation.

PITKIN, H.F. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova**, São Paulo, n.67, p.15-47, 2006.

RADMANN, E. R. H. **O eleitor brasileiro**: uma análise do comportamento eleitoral. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

REIS, F. W. Conclusão: Em busca da lógica do processo eleitoral brasileiro In: REIS, F. W. (Org.) **Os partidos e o regime**: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978.

REIS, F. W. Consolidação democrática e construção do Estado - notas introdutórias e uma tese, In: REIS, F. W.; O'DONNELL G. (Org.). **A democracia no Brasil**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988.

ROSANVALLON, P. **La legitimidad democrática**: imparcialidad, reflexividad, proximidad. Buenos Aires: Manantial, 2009.

SACCHET, T. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendidas feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.20, n.2. p. 256, maio/ago., 2012.

SILVEIRA, F. E. **A decisão do voto no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SOARES, G. A. D. **Sociedade e política no Brasil**: desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

URBINATI, N.; WARREN, M. E. The concept of representation in contemporary democratic theory. **Annual Review of Political Science**, v.11, p. 387-412, 2008.

URBINATI, N. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 191-228, 2006.

YOUNG, I.M. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.